

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC EDUARDO BRANDÃO OLIVEIRA

O DESENVOLVIMENTO DE NOSSO PODER MARÍTIMO E O APOIO À POLÍTICA
EXTERNA:

Como a participação na FTM-UNIFIL contribuiu para a nossa projeção no
cenário internacional e os novos desafios no Comando da CTF-151 no Bahrein

Rio de Janeiro

2022

CC EDUARDO BRANDÃO OLIVEIRA

O DESENVOLVIMENTO DE NOSSO PODER MARÍTIMO E O APOIO À POLÍTICA
EXTERNA:

Como a participação na FTM-UNIFIL contribuiu para a nossa projeção no
cenário internacional e os novos desafios no Comando da CTF-151 no Bahrein

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF RICARDO RUSSIO CARVALHAES

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado saúde e me abençoado desde o concurso nesta caminhada rumo a novos desafios profissionais.

À Marinha do Brasil (MB), agradeço a oportunidade de ter participado de algumas Operações que me ajudaram neste trabalho, em especial as Operações Líbano I (2011-2012), Líbano V (2013-2014) e Líbano X (2016-2017), excelentes experiências profissionais e culturais, embarcado nas Fragatas União e Liberal, integrando a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL). Às tripulações que compartilharam comigo muitas madrugadas na Área de Operações Marítima (AMO) na costa libanesa, o meu muito obrigado pelo companheirismo e pela ajuda em meu desenvolvimento a bordo.

Ao meu orientador, CF Ricardo Carvalhaes, companheiro de jornadas passadas, pela paciência, pelos conselhos e correções de rumo que me conduziram neste trabalho. Uma satisfação reencontrá-lo e reforçar nossa amizade.

Aos CMG André Martins, CMG Leta e CC Gustavo Mello, pela ajuda nas escolhas iniciais para a condução desta pesquisa e com as informações sobre as comissões apresentadas no trabalho, fundamentais para enriquecer o conteúdo apresentado.

A todos os Oficiais-Alunos da turma C-EMOS 2022, o meu agradecimento pela camaradagem, pelo compartilhamento de conhecimentos e quaisquer bibliografias encontradas que pudessem ser úteis na confecção deste trabalho.

Aos meus pais José Augusto e Isa, meus sogros José Dias e Fátima, meus familiares e, em especial, à minha esposa Débora e minhas filhas Maria Eduarda e Bárbara, pela compreensão dos meus momentos de ausência necessários para a aprovação no concurso e para a conclusão desta pesquisa e trabalho.

RESUMO

O Brasil foi o primeiro país não pertencente à OTAN a comandar a FTM-UNIFIL. Após quase dez anos da participação brasileira no comando, enviando um Navio Capitânia para atuar no Oriente Médio, tão distante de seu território e em uma região de tantos conflitos históricos entre Líbano e Israel, esta dissertação se propôs a comparar a Teoria x Realidade, com o objetivo de relacionar a teoria do Poder Marítimo de Mahan e seus elementos constituintes e analisar a contribuição da participação brasileira na Operação de Paz de caráter naval na FTM-UNIFIL no desenvolvimento do Poder Marítimo brasileiro, sua projeção no cenário internacional e a busca pelo protagonismo em operações combinadas principalmente em regiões próximas ou pertencentes ao nosso entorno estratégico, em especial no Atlântico Sul. A metodologia adotada comportou uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como principais referências os documentos de mais alto nível como a PND, a END e o PEM 2040. O campo de estudo se limitou a abordar os principais elementos históricos e geopolíticos nos conflitos a partir da criação do Estado de Israel, com a abrangência e profundidade necessárias à correta compreensão do cenário de criação da UNIFIL e posteriormente da FTM-UNIFIL. Em seguida, é realizada uma avaliação da nossa participação na força-tarefa, os ensinamentos obtidos e os principais resultados no desenvolvimento do nosso Poder Naval. Analisam-se também os novos desafios encontrados a partir da saída da FTM-UNIFIL, evidenciando o Objetivo Naval de contribuir para a política externa brasileira, atribuindo prioridade para a atuação da MB no entorno estratégico brasileiro, em especial no Atlântico Sul. Sendo assim, abordam-se algumas operações e exercícios em andamento na região com a participação da MB, em especial a Guinex no Golfo da Guiné e o Comando da CTF 151 atuando exclusivamente no combate à pirataria em uma região formada pelo Golfo Árábico, Estreito de Hormuz, Golfo de Aden, parte do Oceano Índico, Estreito de Bab Al Madeb (BAM) e Mar Vermelho, subordinada a CMF, coalizão de 34 países comandada pelos EUA para a garantia da segurança marítima na região. Os propósitos para a atuação da MB no Atlântico Sul são o treinamento das Marinhas dos países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima no Golfo da Guiné e aumentar a interoperabilidade entre as Marinhas e agências convidadas, além de reforçar os laços de amizade com estes países, fortalecendo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o objetivo de consolidar o Brasil como ator regional relevante e influente em nosso entorno estratégico. A conclusão do trabalho indica que a participação da MB na UNIFIL foi importante para alcançar interesses da política externa brasileira e que as experiências colhidas poderão contribuir para o protagonismo do Brasil junto a comunidade marítima internacional.

Palavras-chave: FTM-UNIFIL. Poder Marítimo. CTF 151. Entorno Estratégico Brasileiro. Política Externa Brasileira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN –	Ações Estratégicas Navais
AJB –	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AMAL –	Movimento “Regimentos da Resistência Libanesa”
AMO –	Área de Operações Marítimas
BAM –	Bab Al Madeb
BID –	Base Industrial de Defesa
CRFB –	Constituição da República Federativa do Brasil
CMF –	Combined Maritime Forces
CTF 151 –	Combined Task Force 151
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EN –	Estratégias Navais
ESG –	Ambiental, Social e Governança
EUA –	Estados Unidos da América
EUROMARFOR –	European Maritime Force (Força Marítima da Europa)
FA –	Forças Armadas
FLN –	Frente de Libertação Nacional
FTM –	Força-Tarefa Marítima (Maritime Task Force, em inglês)
GLO –	Garantia da Lei e da Ordem
IDF –	Forças de Defesa de Israel (Israeli Defense Forces, em inglês)
LAF –	Forças Armadas do Líbano (Lebanese Armed Forces, em inglês)
LAF-N –	Marinha Libanesa (Lebanese Armed Forces-Navy, em inglês)

LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
MINUSTAH –	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNF –	Força Multinacional
NEMO –	Navy Exercise for Maritime Operations
OBNAV –	Objetivos Navais
OLP –	Organização para a Libertação da Palestina
ONU –	Organização das Nações Unidas (United Nations, UN, em inglês)
OpPazHum –	Operações de Paz e Humanitárias
OpPaz –	Operações de Paz
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEM 2040 –	Plano Estratégico da Marinha
PND –	Política Nacional de Defesa
PRC –	Campos de Refugiados Palestinos
SLA –	Exército do Líbano Meridional (South Lebanese Army, em inglês)
TO –	Teatro de Operações
UN –	United Nations
UNIFIL –	United Nations Interim Force in Lebanon (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
UNSC –	United Nations Security Council (Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas)
UNSCR –	United Nations Security Council Resolution (Resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas)

US AFRICOM – Comando Africano dos Estados Unidos da América

VUCA – Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	AS ATIVIDADES DE EMPREGO LIMITADO DE FORÇA E A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE ALFRED THAYER MAHAN	13
2.1	CONCEITUAÇÃO DE ATIVIDADES DE EMPREGO LIMITADO DA FORÇA	13
2.1.1	As Operações de Paz	14
2.1.2	Operações de Paz de Caráter Naval	15
2.2	A EVOLUÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	15
2.3	A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE ALFRED THAYER MAHAN E SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES.....	17
2.3.1	Posição Geográfica dos Estados	18
2.3.2	Conformação Física	19
2.3.3	Extensão do Território	19
2.3.4	População e Demografia	20
2.3.5	Caráter Nacional	20
2.3.6	Caráter do Governo.....	21
2.4	O PODER MARÍTIMO DE MAHAN E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OP PAZ	21
3	A UNIFIL E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA FTM-UNIFIL	24
3.1	A CRIAÇÃO DA UNIFIL	24
3.2	PRIMEIROS MOMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNIFIL	26
3.3	O HEZBOLLAH.....	28
3.4	O CONFLITO ARMADO ISRAEL-HEZBOLLAH EM 2006	31
3.5	O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FTM-UNIFIL.....	36
3.6	A EVOLUÇÃO DA FORÇA TAREFA MARÍTIMA E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO	38
4	AUMENTO NA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS, A CFT 151 E PRÓXIMOS DESAFIOS	42
4.1	O PODER MARÍTIMO NO PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA 2040 (PEM 2040).....	43
4.2	AUMENTO NA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS	44
4.3	GUINEX.....	47

4.4	CTF 151.....	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi o primeiro país não pertencente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a comandar a Força-Tarefa Marítima (FTM) das United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) em 2011 e permaneceu por quase dez anos à frente da única força naval em uma Operação de Paz (OpPaz) no mundo atualmente.

Ao deixar o Comando da FTM-UNIFIL em 2020, após exercer o Comando em outra OpPaz, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, Mission des Nations Unies pour la Stabilization en Haiti, em francês), o Brasil incrementou sua participação em Operações combinadas¹ nas proximidades do seu entorno estratégico, conforme preconizado no Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) (BRASIL, 2020b).

Inicialmente aceitando convites para exercícios conduzidos por outros países, como o Grand African Navy Exercise for Maritime Operations (NEMO), pela Marinha Nacional Francesa (ARCHUS, 2021), tendo o Brasil participado pela primeira vez em 2019; e o OBANGAME EXPRESS, exercício multinacional que acontece anualmente desde 2010, conduzido pela US Naval Forces Africa, pertencente ao Comando Africano dos Estados Unidos da América (US AFRICOM) (SÁNCHEZ, 2022). Ambos com o propósito de treinar as Marinhas dos países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima no Golfo da Guiné e aumentar a interoperabilidade entre as Marinhas e agências convidadas, além de reforçar os laços de amizade com esses países, fortalecendo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o objetivo de consolidar o Brasil como ator regional relevante e influente em nosso entorno estratégico.

¹ Operação empreendida por elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, sob a responsabilidade de um comando único (BRASIL, 2020a).

Em seguida, resultado da experiência adquirida nas participações anteriores, passou a assumir compromissos de papel mais relevante como comandar o grupo-tarefa na comissão Guinex, que, em 2022, está sendo realizada pela segunda vez, também atuando no Golfo da Guiné. O seu mais recente convite, o de comandar a Combined Task Force 151 (CTF 151), uma das quatro Forças-Tarefa Combinadas subordinada à Combined Maritime Forces (CMF), uma coalisão de 34 países responsável pela segurança do tráfego marítimo na região do Golfo Árabe, Estreito de Hormuz, Golfo de Aden, parte do Oceano Índico, Estreito de Bab Al Madeb (BAM) e Mar Vermelho, sendo a CTF 151 exclusivamente antipirataria.

Adotaremos, como base da nossa teoria, o pensamento do Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan, autor da obra *The Influence of Sea Power Upon de History, 1660-1783*, representante da escola clássica da Geopolítica, que mostrará os elementos que afetam o Poder Marítimo e sua importância estratégica quanto à prosperidade, segurança e função social.

Inicia-se esta abordagem da teoria de Mahan com o conceito de Poder Marítimo, os elementos que contribuem para sua formação e manutenção, bem como sua expressão por meio de uma organização internacional para alcançar destaque no sistema internacional, como nas OpPaz ou dos interesses dos países em importância estratégica. Analisa-se que, em muitos casos, os objetivos das OpPaz poderão estar sendo colocados em segundo plano frente aos interesses dos países participantes.

Assim, chegamos à pergunta que essa pesquisa pretende responder: como a expertise no Comando e na participação de meios navais na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (FTM-UNIFIL) ajudou no desenvolvimento do nosso Poder Marítimo, apoio à política externa e nos capacitou para os desafios recentes no Comando da CTF 151 e no Atlântico Sul?

O propósito deste trabalho será comparar a Teoria x Realidade, aproveitando o

potencial de alavanca que a teoria quando somada a evidências possui para enrobustecer a pesquisa. Com isso, pretende-se confirmar, expandir, expor ou negar a teoria do Poder Marítimo de Mahan e seus elementos, analisando a contribuição da participação brasileira na Operação de Paz de caráter naval na FTM-UNIFIL no desenvolvimento do Poder Marítimo brasileiro, sua projeção no cenário internacional e a continuação do protagonismo em operações combinadas principalmente em regiões próximas ou pertencentes ao nosso entorno estratégico. Daremos enfoque à moldura temporal compreendida entre os anos de 2011 e 2022, a fim de alcançarmos um maior atualismo das informações obtidas por meio ostensivo.

Isso posto, nosso trabalho está estruturado em cinco seções. Na primeira abordaremos a duração da participação brasileira em uma OpPaz no Líbano e sua importância estratégica no desenvolvimento do Poder Marítimo e o autor e obra em que buscaremos a teoria que será confrontada com a realidade ao longo deste trabalho, além disso, apresentaremos a questão de pesquisa, o seu propósito e a sua estrutura textual.

Na segunda seção, apresentaremos os conceitos de atividades de emprego limitado de força, principalmente das Operações de Paz de caráter naval como a FTM-UNIFIL, especificaremos os principais aspectos do sistema internacional atual, sua complexidade e principais fontes de conflito. Em seguida, analisaremos a Teoria do Poder Marítimo de Mahan e seus elementos constituintes e estabeleceremos uma relação entre ela e a participação brasileira em OpPaz.

Na terceira seção, trataremos de uma região específica, a fronteira entre Líbano e Israel, com inúmeros conflitos nas últimas décadas e uma instabilidade longe de seu fim, apesar de todos os esforços de Organizações Internacionais para garantir a segurança e a paz. Iniciaremos com o contexto histórico que levou a criação da UNIFIL, com os conflitos entre os

países e as dificuldades encontradas em sua implantação. Definiremos os principais atores governamentais ou não, envolvidos nos conflitos da região, até chegar no conflito armado entre Israel e o Hezbollah, que foi fundamental para a criação da FTM-UNIFIL e que proporcionou a participação brasileira no Comando e com meios navais durante quase dez anos.

Na quarta seção, apresentaremos o conceito de Poder Marítimo encontrado no PEM 2040 e em como o aumento da participação do Brasil em Operações Combinadas, como a Guinex e o Comando da CTF 151, nas proximidades de seu entorno estratégico contribuirá para o desenvolvimento de seu Poder Marítimo e atingimento de seus objetivos e suas metas.

Finalmente, na última seção, reunimos as evidências de como as experiências colhidas na FTM-UNIFIL foram importantes para avançarmos para nossos próximos objetivos, fortalecendo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o objetivo de consolidar o Brasil como ator regional relevante e influente em nosso entorno estratégico, em especial no Atlântico Sul.

2 AS ATIVIDADES DE EMPREGO LIMITADO DE FORÇA E A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE ALFRED THAYER MAHAN

2.1 CONCEITUAÇÃO DE ATIVIDADES DE EMPREGO LIMITADO DA FORÇA

Segundo a Doutrina Militar Naval, o conceito de atividades de emprego limitado da força envolve

[...] aquelas em que a Marinha do Brasil (MB) exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental. A forma de aplicação da força será prescrita em documento legal e refletirá nas regras de engajamento a serem promulgadas para a operação. O emprego da força não deve se constituir no principal meio para se atingir um determinado fim; ao contrário, deve haver ponderação nesse sentido. Não obstante, o pessoal empregado nessas atividades deve estar apto e preparado para, se a situação exigir, agir no exercício da legítima defesa própria ou de terceiros e na intensidade apenas necessária, a fim de repelir injusta agressão que represente risco, atual ou iminente, de morte ou lesão corporal grave. (BRASIL, 2017, pág. 4-1)

O Poder Naval é aplicado em situações distintas ou acessórias às de guerra naval, em decorrência de previsão constitucional ou legal, de atribuições precípua ou subsidiárias, permanentes ou temporárias. Contém algumas parcelas das operações e ações de guerra naval, porém as principais características que as diferenciam são o limitado uso da força e os efeitos desejados, que diferem daqueles obtidos pela interação com inimigos.

As atividades de emprego limitado da força estão preconizadas em diversos documentos como a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), Leis Complementares e Ordinárias, Decretos, documentos nacionais de defesa e da missão da MB. A situação específica de cada missão definirá o emprego do Poder Naval e sua composição.

A principal característica dessas atividades é que o uso da força será determinado e regulado por fundamentação legal precisa, planejamento formal, entendimento claro das delegações, ordens textuais e métodos de controle, uma vez que os riscos e grau de uso da força são diversos. Podem estar previstas interações com outras forças singulares nacionais

ou estrangeiras, organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas, conforme diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa (MD).

Como exemplos de atividades de emprego limitado da força podemos citar: Garantia dos Poderes Constitucionais, Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Ações contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais, Patrulha Naval², Inspeção Naval, Segurança do Tráfego Marítimo e Operações de Paz.

2.1.1 As Operações de Paz

Pode-se classificar as Operações de Paz (OpPaz) como operações quando ocorre emprego da força militar em apoio a esforços diplomáticos, para manter, impor ou construir a paz em país estrangeiro. Visam ao cumprimento de resoluções ou de acordos, sendo definidas por conceitos básicos e essenciais estabelecidos nas legislações específicas dos organismos internacionais.

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o mandato é resultante de uma resolução do Conselho de Segurança, sendo o documento formal, desenvolvido no mais alto nível político e diplomático, que estabelece uma OpPaz e contém os seus fundamentos e objetivos a atingir (BRASIL, 2017). Normalmente, contém: a finalidade da operação; os países participantes; as recomendações acerca do financiamento da operação; os direitos e imunidades dos componentes da missão de paz; o resultado esperado; as condições colocadas pelas partes envolvidas em relação à presença da missão de paz; e o tempo de duração da

² Tem como propósito implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), na plataforma continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil, envolvendo Pirataria, Terrorismo e outras atividades ilícitas quando praticadas dentro das AJB como contrabando, descaminho, pesca não autorizada, tráfico internacional de armas de fogo, tráfico de pessoas e tráfico ilícito de estupefacientes ou entorpecentes e substâncias psicotrópicas, dentre outras.

missão.

As OpPaz compreendem cinco tipos: Diplomacia Preventiva (Atividade Benigna), Promoção da Paz³, Manutenção da Paz⁴, Imposição da Paz⁵ e Consolidação da Paz⁶ (BRASIL, 2017).

O Poder Naval, devido às suas características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, e por dispor de forças de caráter expedicionário, está apto a participar da execução de OpPaz, tanto de caráter naval como terrestre.

2.1.2 Operações de Paz de Caráter Naval

Caracterizaremos as Operações de Paz de Caráter Naval como operações e ações no ambiente marítimo ou ambiente ribeirinho, onde o Poder Naval pode participar com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais ou, individualmente, com Comandantes de forças-tarefa, observadores ou oficiais de estado-maior.

2.2 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Atualmente, nosso mundo está evoluindo rapidamente e recebendo denominações como Era do Conhecimento e Era da Informação, em que o ambiente organizacional se destaca por ser cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo⁷. Nele

³ Ações diplomáticas posteriores ao início do conflito, para levar as partes litigantes a suspender as hostilidades e a negociarem.

⁴ Implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito).

⁵ O Brasil, em razão do princípio da não intervenção, disposto no artigo 4º da Constituição Federal, não participa dessa modalidade de OpPaz, ou seja, quando não há o consentimento das partes beligerantes.

⁶ iniciativas voltadas para o tratamento dos efeitos do conflito, visando a fortalecer o processo de reconciliação nacional por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas institucionais, a recuperar a infraestrutura física e a ajudar na retomada da atividade econômica.

⁷ Remete ao acrônimo VUCA (Volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous), ou seja, volátil, incerto, complexo e ambíguo (tradução nossa). Trata-se de um termo cunhado na Escola de Guerra do Exército dos EUA, a partir do

podemos observar muitas mudanças no Sistema Internacional, em grande velocidade e acarretando novos cenários e atores. Hoje pode-se perceber um avanço de diversos perturbadores da esperada estabilidade social, que vão desde armas químicas e biológicas, critérios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança), Agenda 2030 da ONU⁸ e o choque entre as civilizações⁹, tudo isso impulsionado pelas redes sociais e a facilidade de acesso a tecnologias avançadas.

O advento dos smartphones e o uso das redes sociais com informações em tempo real, faz com que uma grande parcela de usuários receba notícias, vídeos e análises de diversas fontes diferentes, governamentais ou não, sendo usados como ferramentas de desinformação e manipulação, com muito viés associado.

Desde o século XVII, após a Paz de Vestfália e os Tratados de Munster e Osnabruque em 1648, colocarem fim a Guerra dos Trinta Anos e inaugurarem uma nova forma de Relações Internacionais, agregando conceitos como a Soberania Estatal e a não interferência em conflitos internos aos Estados, tendo possibilitado o relacionamento entre eles e soluções pacíficas para quem até então só conheciam a forma de beligerância para a resolução de questões. Criava-se assim uma estrutura organizacional internacional voltada para o estabelecimento de princípios norteadores para a solução pacífica de conflitos de interesses entre os Estados (KISSINGER, 2015).

Essas mudanças na sociedade atual trazem novas perspectivas para o Sistema

final da década de 1980, que descreve as características do ambiente estratégico moderno. Disponível em: <<https://www.usawc.libanswers.com/faq/84869/>>. Último Acesso em: 23 jul. 2022.

⁸ Conjunto de 17 objetivos divididos em 169 metas que todos os países devem implementar até o ano de 2030. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

⁹ A teoria elaborada pelo cientista político Samuel P. Huntington e denominada Choque de Civilizações postula que as identidades culturais e religiosas dos povos serão as principais fontes de conflito no mundo pós-Guerra Fria. Para Huntington os conflitos de grandes proporções não ocorrerão entre as classes sociais e sim entre os povos pertencentes a diferentes entidades culturais e religiosas.

Internacional. A primeira é o enfraquecimento da natureza dos Estados pelas pressões sociais, trazendo novos atores e o surgimento de movimentos sociais como principais influenciadores para os conflitos entre as civilizações.

A segunda mostra a discordância em diversos pontos entre as organizações políticas e econômicas no Mundo, demonstrando cada vez mais o avanço dos interesses econômicos como uma das principais causas dos conflitos na atualidade.

A terceira remete à incapacidade de cooperação entre os Estados por falta de mecanismos de consulta mútua, fato esse que com os diversos acordos, tratados, blocos e organizações entre os Estados no cenário pós-2ª Guerra Mundial, a partir de 1945 e pós-Guerra Fria, a partir de 1991, acreditava-se que seria um facilitador para um período de estabilidade no Sistema Internacional. (KISSINGER, 2015). Tais fatos deixam os conflitos atuais inter-relacionados, de difícil definição e em permanente ebulição.

Partir-se-á da premissa das abordagens realistas das Relações Internacionais em relação as organizações internacionais:

[...] as Organizações (Internacionais) são fundamentalmente instrumentos usados pelos Estados mais poderosos para atingir seus objetivos. O poder dos Estados pode, em alguns casos, ser acrescido a partir do papel das Organizações. Elas só exercem funções importantes quando expressam a distribuição de poder no sistema internacional. Apenas quando os atores mais poderosos acordam a utilização conjunta das OIGs para realização de seus objetivos, espera-se que elas se tornem efetivas (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 44).

2.3 A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE ALFRED THAYER MAHAN E SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES

Embora não esteja clara a definição de conceito de Poder Naval em sua obra,

adotaremos que o Poder Marítimo é a integração das manifestações do Poder Nacional que possuem o mar como meio de atuação, bem como seus elementos que contribuem para a realização dos seus interesses marítimos (CARVALHO, 1982).

Deve-se destacar também a reflexão do autor que serve como axioma chave para o seu pensamento e para uma grande parte da História Militar em si. De acordo com Mahan, enquanto muitas condições da guerra variam de época para época com o progresso das armas, existem certos ensinamentos durante a história os quais permanecem constantes, e sendo, portanto, de aplicação universal, podem ser elevados a categoria de princípios gerais (MAHAN, 2004)

Esses elementos gerais são responsáveis pela construção e manutenção de um Poder Marítimo. Em que pese a grande maioria de suas reflexões estarem ligadas ao campo militar, seu arcabouço de ideias não está restrito somente a esse aspecto do Poder Marítimo, também nos permitindo entendê-lo sob perspectivas não bélicas.

2.3.1 Posição Geográfica dos Estados

O primeiro elemento analisado é a posição geográfica dos Estados. Segundo Mahan, essa posição está diretamente relacionada com a concentração ou dispersão das forças marítimas.

Em uma comparação entre países que possuem saídas para dois mares (com fronteiras marítimas não contíguas) e países com uma costa apenas (Brasil e Líbano), os primeiros levam desvantagem pelo fato de que sua defesa e suas atividades relacionadas com o mar que banham os países necessitem que sua Esquadra ou frota de Navios desdobrem-se, reduzindo a capacidade reativa destes Estados.

Um outro aspecto a se observar é que uma posição geográfica vantajosa também

pode servir para o controle das linhas de comunicação marítimas, garantindo que seus interesses econômicos sejam atendidos nessas áreas de interesse comum. Não se deve esquecer que, atualmente, a posição geográfica também é importante para a ascensão no cenário mundial em operação humanitária¹⁰, pirataria e combate ao tráfico (MAHAN, 2004)

2.3.2 Conformação Física

O segundo elemento analisado pelo autor é a conformação física de um país, ou seja, a discussão de como sua fronteira marítima e o acesso à região que está além dela influenciam nas atividades relacionadas ao mar. De acordo com a facilidade desse acesso, isto ajudará na criação e crescimento do comércio do país com os demais integrantes do sistema internacional, na construção de sua marinha, construção e manutenção de seus portos e também do controle do escoamento de suas exportações e importações.

Outras importantes características ligadas às condições físicas de um Estado se dão pela quantidade e profundidade de seus portos em relação à contiguidade de seu território, além do meio ambiente e clima que dependendo de sua condição e meio de utilização, poderão ser fontes de força ou fraqueza para determinado país. (MAHAN, 2004).

2.3.3 Extensão do Território

A extensão de seu território é outro elemento que pode afetar o Poder Marítimo de um país. Neste aspecto estamos analisando o comprimento de sua costa e a infraestrutura de seus portos, que vai muito além de sua quilometragem total. O Estado deve ser

¹⁰ A operação humanitária é aquela realizada em outros países, em ambiente operacional predominantemente permissivo, para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social. Nas doutrinas militares estrangeiras, essa operação é conhecida pela expressão “humanitarian assistance and disaster relief operations”.

considerado uma “Fortaleza” e sua costa deveria ser o seu “Portão”. Outro aspecto importante a ser observado é o tamanho da população do país, uma vez que é necessário possuir condições humanas e materiais para defendê-lo, explorando bem as possibilidades ofertadas. (MAHAN, 2004).

2.3.4 População e Demografia

Analisando a sua população e demografia, devemos destacar a população que será arrastada junto com a parcela que estará literalmente “na água” (Homens em Navios de Guerra e navios mercantes, dentre outros), como os indivíduos que constroem e realizam a manutenção de meios navais; docentes, que lecionam assuntos ligados ao mar; meios de vigilância e controle marítimo, além de outros que, direta ou indiretamente, se relacionam nesse contexto. Destaca-se que toda a cadeia por trás do Poder Marítimo deve ser levada em consideração, assim como, a maneira como esta cadeia está distribuída pelo território costeiro (CARVALHO, 1982).

2.3.5 Caráter Nacional

O quinto elemento a ser considerado, apenas no entendimento de Mahan, é o caráter nacional, diferente de outras definições que temos atualmente em nossas publicações. Mahan conceitua este elemento como a aptidão que os países possuem para o comércio e para empresas individuais. Pode ser entendido de como o caráter da população contribui para o desenvolvimento do Poder Marítimo, inclusive moldando as ações do governo em torno desta característica. Pode-se ressaltar ainda que o caráter nacional envolve também a maneira de como determinado Estado se relaciona com outros Estados de forma a conseguir atingir seus objetivos, que no período do estudo de Mahan estavam ligados, principalmente, a

questão colonial e sua utilidade para os países colonizadores. Atualmente, transformou-se no estabelecimento das relações comerciais e econômicas com os outros Estados soberanos. (MAHAN, 2004).

2.3.6 Caráter do Governo

O sexto e último elemento é o caráter do governo, que inclui também as instituições nacionais. Pode-se perceber duas causas históricas para que diferentes tipos de governo, de todos os vieses e orientações políticas, tenham influenciado no desenvolvimento do Poder Marítimo. A primeira causa, observada em tempos de paz, demonstra que os líderes poderiam seguir o espírito de seu povo, favorecendo suas características e os conduzindo com sua força e investimento de suas instituições, ajudando a criar um ambiente favorável para o comércio e desenvolver o poder produtivo na população, caso não exista. Já a segunda causa, percebida principalmente em tempos de guerra, mostra que o Governo pode realizar investimentos em sua Marinha, direcionando o poder e o orçamento das instituições do Estado para a sua indústria de defesa naval e toda a cadeia de oportunidades atrelada a ela.

Os sucessos mais brilhantes ao longo da história, seguiram onde houve uma direção inteligente por um governo totalmente imbuído do espírito do povo e consciente de sua verdadeira inclinação geral. Mas governos livres às vezes falharam, enquanto o poder despótico, exercido com discernimento e consistência, criou às vezes um grande comércio marítimo e uma marinha brilhante com maior franqueza do que pode ser alcançado pelos processos mais lentos de um povo livre. (MAHAN, 2004).

2.4 O PODER MARÍTIMO DE MAHAN E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OP PAZ

Dessa maneira, ao analisar a definição das OpPaz, enquanto atividades de

emprego limitado da força, a evolução do Sistema Internacional, principalmente a velocidade das transformações atuais e a base teórica do Poder Marítimo, constituída por seus seis elementos, pode-se começar a relacionar tal conceito com a participação brasileira em OpPaz, especificamente no caso da FTM-UNIFIL. O Brasil, a luz da teoria acima exposta de Mahan, possui o potencial necessário e muitas condições determinantes para um expressivo Poder Marítimo.

Como exemplo dessas condições podemos citar nossa posição geográfica, com apenas uma costa, facilitando a nossa defesa e concentração do comércio, destacando-se grandes portos comerciais (Santos, Paranaguá, Tubarão, Navegantes, Itaqui, dentre outros) para o escoamento de nossa produção e recebimento de nossas importações, o tamanho da nossa população, sexto país mais populoso do mundo, aliado à grande concentração desta população no litoral, impactando também no tamanho de nossa Marinha Mercante¹¹.

A participação brasileira em diversas operações no cenário internacional ao longo dos anos vem contribuindo para a projeção de nosso país e o fortalecimento do nosso Poder Naval e conseqüentemente do Poder Marítimo. Destacaremos em nossa abordagem principalmente uma OpPaz, a FTM-UNIFIL, mas também reservaremos espaço para outras operações que envolvem atividades de emprego limitado de força e estão alinhadas com o desenvolvimento dos conceitos de segurança marítima¹², segurança-safety¹³ e segurança

¹¹ O Brasil ocupa a 25ª posição mundial no tamanho de sua Marinha Mercante, sendo o 1º na América do Sul e estando a frente de países como Canadá, México, Alemanha, Portugal e França. Dados de 2019 com o total e o número de cada tipo de navio comercial de propriedade privada ou pública para cada país; navios militares não estão incluídos; Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=120&l=pt>. Acesso em 23 jul. 2022.

¹² Na função de defesa desempenhada pelo Poder Marítimo estão presentes, além da defesa naval clássica contra ameaças estatais, as vertentes safety e security de segurança marítima.

¹³ Na primeira acepção de segurança (safety - Segurança do Tráfego Aquaviário), o Poder Naval, dentro de suas atribuições subsidiárias particulares, na esfera da Autoridade Marítima, atua para que o tráfego seguro de embarcações seja realizado conforme as leis e as normas vigentes, por intermédio de inspeções e vistorias, prevenindo a poluição hídrica e a ocorrência de acidentes e incidentes de navegação; provê dados fidedignos para a navegação segura e realiza operações de busca e salvamento no mar aberto, entre outras atividades.

security¹⁴, abordados assim pois a língua portuguesa congrega ambos os conceitos em uma única palavra, diferente da língua inglesa. Esses conceitos divergem principalmente no contexto marítimo. Enquanto a primeira tem forte viés de garantia de navegação sem riscos à integridade física das pessoas e dos meios envolvidos em atividades marítimas, a segunda tem forte ligação com a possibilidade de ameaças e de ações violentas que possam ocorrer no mar (BEIRÃO, 2020).

A participação em uma Operação de Paz de caráter naval como a FTM-UNIFIL por quase dez anos atendeu vários propósitos para o Brasil: o investimento para a expansão do Poder Marítimo; o aumento da sua presença e interesses em uma região, que mesmo não fazendo parte do nosso entorno estratégico, o Brasil atuou em uma operação que é fundamental aos conflitos no Oriente Médio (BEIRÃO, 2020); oportunidade de atuação de navios, tripulações e equipamentos militares brasileiros em um importante TO, comprovando sua capacidade de mobilidade e permanência em região tão distante de seu território; além de utilizar o Poder Marítimo como forma de inserção internacional, por meio do Comando da FTM-UNIFIL e seu Navio Capitânia, comprovando o que foi dito por Carvalho de que há a concreta possibilidade de que o “Poder Marítimo pudesse ser parte integrante de um projeto nacional mais vasto, suficientemente mobilizador para contribuir para o desejado arranque do País”.

¹⁴ Na segunda vertente (security - Proteção Marítima), ocorre o emprego coercitivo do Poder Naval, geralmente com a participação de outros órgãos governamentais contra variados tipos de ilícitos e quaisquer ameaças.

3 A UNIFIL E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA FTM-UNIFIL

3.1 A CRIAÇÃO DA UNIFIL

Durante séculos, a região do Oriente Médio se caracteriza como uma das que mais sofrem devido aos confrontos e crises entre os seus diferentes Estados e dentre as principais razões pode-se citar as disputas pela conformação territorial, o segundo elemento da teoria de Mahan tratada no capítulo anterior. Tais alterações nos territórios e criação de novos países ocorreram por diversos conflitos de causas políticas, étnicas, econômicas e religiosas.

Pode-se considerar que os conflitos se iniciaram no processo de criação do Estado de Israel em 1948, a partir de uma resolução da ONU que previa a divisão do então território da Palestina em dois estados diferentes: um árabe e um judeu. Nesse cenário pós 2ª Guerra Mundial, em que divergências diplomáticas ainda não estavam resolvidas e ocorria a retirada das tropas britânicas da Palestina, líderes judeus resolveram se adiantar e declarar a independência do Estado de Israel, com os governantes dos países árabes vizinhos rejeitando a resolução. A resposta árabe foi imediata. No dia seguinte à declaração de independência, Líbano, Egito, Síria e Iraque realizaram o primeiro de muitos ataques ao novo país. Esse conflito inicial expulsou cerca de 750 mil árabes da região e facilitou a migração de 800 mil judeus residentes de países como Iraque, Síria, Líbia, Tunísia e Iêmen que se tornaram imediatamente cidadãos de Israel. Com a vitória israelense em 1949, foi garantida a sobrevivência do país, porém em vez de resolver a questão, o resultado do conflito semeou mais violência na região e isso permanece até hoje (BLAINEY, 2010)

Passando para a década de 1970, houve um deslocamento de grupos armados palestinos contrários ao Estado de Israel, da Jordânia para o Líbano, aumentando a tensão entre libaneses e israelenses. Após a estabilização no Líbano, iniciou-se uma série de ataques

dos palestinos em direção ao território israelense, que logo realizava ações de represália. Soma-se a isso tudo uma Guerra Civil Libanesa que começou em 1975. Com a violência crescendo exponencialmente na região, chegamos no ataque palestino contra Israel, assumido pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 11 de março de 1978, que deixou a população israelense com diversos mortos e feridos (FRIEDMAN, 1991).

A resposta israelense veio na noite do dia 14 para 15 de março, após novos ataques palestinos a Israel, iniciando a chamada “Operação Litani”, operação das Forças de Defesa de Israel (IDF, Israeli Defense Forces, em inglês) que ficou conhecida pela invasão do Líbano através de sua fronteira Sul. O objetivo declarado era a ocupação de toda a região até as margens do Rio Litani, destruindo as bases da OLP no Líbano. Ainda no dia 15, o governo libanês entrou com uma representação protestando contra Israel junto ao Conselho de Segurança da ONU (UNSC), com a alegação que a invasão israelense não poderia ser encarada como uma retaliação aos ataques palestinos ao território de Israel (UN, 1978a).

Em 19 de março, o UNSC aprovou as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (UNSCR, United Nations Security Council Resolution, em inglês) 425 e 426 (1978). Estas resoluções foram aprovadas por 12 votos a favor, nenhum contra, duas abstenções (ex-Tchecoslováquia e Ex-União Soviética) e a China não participou. A UNSCR 425 apelava ao estrito respeito pela integridade territorial, a soberania e a independência política do Líbano dentro dos limites internacionalmente reconhecidos. Além disso, exortava Israel a cessar imediatamente sua ação militar contra a integridade territorial libanesa e a retirar suas forças de todo o território libanês. Ainda solicitava que o Secretário-geral deveria submeter um relatório em 24 horas sobre a implementação da resolução (UN, 1978b).

A Resolução 426 veio imediatamente após e complementa a 425, adotada durante uma reunião anterior no mesmo dia. Nela foi aprovado o relatório do Secretário-Geral sobre

a implementação da resolução 425 e foi decidido que a UNIFIL seria estabelecida de acordo com o relatório já citado (orientações gerais para implementação), por um período inicial de seis meses, podendo continuar depois disso, se necessário, desde que o Conselho de Segurança da ONU assim decida (UN, 1978c).

Ao estabelecer a UNIFIL, havia três propósitos amplamente definidos: confirmar a retirada das forças israelenses, restaurar a segurança e paz internacionais e ajudar o governo do Líbano a recuperar sua autoridade efetiva na área. Ao longo dos anos muitos incidentes e episódios de hostilidades continuaram a testar sua capacidade em implementar judiciosamente as tarefas sob sua responsabilidade. (KERR, 2015, p.36)

3.2 PRIMEIROS MOMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNIFIL

Em seu rápido processo de implementação, a UNIFIL não sabia o que ia enfrentar, carecendo de dados de planejamento. Tal fato, comprovou-se mais tarde, quando após somente dois meses de sua chegada na região, o tamanho de seu contingente já precisou ser aumentado de 2.000 para 6.000 combatentes (UN, 1978d).

Tropas da UNIFIL, as IDF e membros da OLP se envolveram em uma série de enfrentamentos de menor vulto, sem perdas significativas. Mesmo com todo o esforço e dedicação de seus componentes, ao analisar a atuação da UNIFIL de 1978 até 2006, ela não pode ser considerada como uma campanha de sucesso. Tal fato corrobora que tanto Israel como OLP não deixaram de buscar seus propósitos no conflito, ignorando a presença da força de paz (MARTINS, 2016, p.25).

Desde o descumprimento da Quarta Convenção de Genebra¹⁵, quando assentou civis no território ocupado na Cisjordânia, Israel já tinha dado sinais de que as resoluções da ONU não o impediriam de atingir seus objetivos. Outro fator foi a entrega do plano de retirada

¹⁵ Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de Agosto de 1949. Adotada pela Conferência Diplomática destinada a Elaborar as Convenções Internacionais para a Proteção das Vítimas da Guerra, que reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949. Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de Outubro de 1950. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufjf.br/onu2-11-4.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

de suas tropas do Líbano somente alguns dias após a chegada da força de paz a região, não transferindo todas as posições junto à fronteira dos dois países às tropas da UNIFIL. A IDF transferiu o controle da região para milícias cristãs patrocinadas por Israel (MARTINS, 2016). Essa mesma região seria denominada República do Líbano Meridional em 1979, possuindo até um exército próprio, o Exército do Líbano Meridional (SLA, South Lebanon Army, em inglês) que contou com o apoio de Israel nos conflitos contra a OLP e reforçando os demais interesses israelenses, comprovando que a IDF, de fato, não abandonou suas posições no Sul do Líbano (SMITH, 2008).

Outro episódio marcante no conflito foi a nova invasão das IDF ao Líbano em 1982, após dissidentes palestinos tentarem assassinar o embaixador israelense no Reino Unido (UN, 2004, p. 2). A operação “Paz para a Galiléia” tinha como objetivo combater elementos da OLP, liderados por Yasser Arafat. Mesmo com a presença das tropas da ONU, os israelenses atingiram e cercaram Beirute, onde era localizado o quartel-general da OLP. Em pouco tempo, toda a área de operações da UNIFIL estava sob o controle das IDF. (UN, 1982, p. 3).

Em 15 de setembro de 1982, integrantes da milícia libanesa, com a conivência das IDF, invadiram os campos de refugiados palestinos (PRC, Palestinian Refugee Camps, em inglês) de Sabra e Chatila, situados na parte ocidental de Beirute, após o assassinato do presidente recém-eleito do Líbano, Bashir Gemayel, ocorrido no dia anterior. O propósito declarado era identificar e desarmar elementos da OLP, mas acabou sendo um massacre indiscriminado de milhares de palestinos, incluindo mulheres, idosos e crianças. Esse episódio foi um dos mais emblemáticos nas disputas entre palestinos e israelenses, mesmo com o primeiro-ministro israelense Menachem Begin negando qualquer conhecimento e envolvimento na ação e acarretou o exílio do líder Yasser Arafat na Tunísia (MARTINS, 2016, p.44).

3.3 O HEZBOLLAH

O Líbano possui 17 comunidades reconhecidas, dentre as quais uma das mais populosas é a comunidade xiita. Predominantemente camponesa, essa comunidade sempre foi a de menor representatividade política e a mais pobre. Ela ficava concentrada em duas regiões: na fronteira com a Síria, no Vale do Bekaa e perto da fronteira com Israel, no sul do país. Hoje em dia, podemos encontrar também uma parcela considerável de xiitas nos bairros mais pobres da capital Beirute (DEMANT, 2013).

No início da década de 60, o imã iraniano Mussa al-Sadr criou o movimento “Regimentos da Resistência Libanesa” (abreviado pela sigla AMAL, cujo significado em árabe é esperança). Esse partido, cujo patrocinador era o líder líbio Kadafi, era de orientação fundamentalista islâmica e pregava que “o jihad agrada a Deus e que Ele ajudará a quem ajuda a si mesmo”. A constituição político-filosófica e as pressões dos demais grupos religiosos opositores, levou o AMAL a se transformar em milícia (DEMANT, 2013, p. 241).

Porém, o fuzilamento de Mussa al-Sadr em Tripoli por ordem do ditador líbio Kadafi em 1978, pôs fim a aliança entre o AMAL e Kadafi. Nabih Berri, seu substituto, promoveu grandes transformações na orientação política tanto do partido quanto da milícia, rejeitando a ideia de islamização do Estado libanês, pois idealizava uma adequada representatividade para a maioria xiita e demais grupos, buscando uma maior democratização no país. Essas transformações acarretaram a criação do Hezbollah, como forma de reação dos fundamentalistas xiitas, incentivados pelo êxito da revolução iraniana” (DEMANT, 2013, p. 241).

O grupo Hezbollah, que significa “Partido de Deus”, em árabe, de corrente islâmica xiita, surgiu como resistência à segunda invasão israelense em 1982 e declarou sua existência

política em 1985 (JAMAIL, 2006 apud MARTINS, 2016, p.27). Reforça o argumento fundamentalista em ser um elemento de resistência à ocupação israelense. O partido se destaca hoje pela grande importância política no país, além de prestígio perante à comunidade xiita, apesar de Israel ainda o considerar uma “organização terrorista reconhecida internacionalmente” (UN, 2016c).

Tal prestígio é observado principalmente nos bairros pobres de Beirute, onde a ausência do Estado libanês proporciona uma forte atuação do partido que reverte o dinheiro arrecadado com as doações dos fiéis, empregando-o em educação, saúde e obras sociais (DEMANT, 2013).

Embora diversos grupos muçulmanos não xiitas, libaneses sunitas e drusos reconheçam a ascensão política e a legitimidade do Hezbollah como uma força paramilitar de resistência à ameaça israelense, a coligação do partido perdeu a maioria no Parlamento nas eleições legislativas de maio de 2022. O Hezbollah manteve os seus próprios assentos, mas o “Movimento Patriótico Cristão Livre” do presidente Michel Aoun, integrante de sua coligação, perdeu apoio. Um partido cristão rival com laços estreitos com a Arábia Saudita, as Forças Libanesas, obteve ganhos e candidatos independentes prometendo reformas ganharam 13 assentos. Os candidatos da coligação liderada pelo movimento xiita pró-iraniano e seus aliados políticos do AMAL ganharam 62 dos 128 assentos (eram 70 assentos em 2018), três lugares a menos do que o necessário para garantir a maioria no Parlamento (FRANCE MÉDIAS MONDE, 2022).

Hoje, avalia-se como pouco provável a concretização do anseio da ONU de desarmamento desse grupo, garantindo a efetivação da autoridade do governo libanês por todo seu território, devido a esse crescimento de importância do Hezbollah como partido político e como força paramilitar de enfrentamento à Israel (MARTINS, 2016, p. 42).

Historicamente, a associação em segmentos religiosos, facilitou a criação de grupos armados não governamentais ou estatais, o que prejudica o atingimento da meta da ONU que é centrada em uma visão ocidental. Nenhuma interferência externa, desde o Império Otomano até a desastrosa intervenção de uma Força Multinacional (Multinational Force, MNF, em inglês) composta por EUA, França e Itália na década de 80, foi capaz de extinguir esses grupos (UN, 2004).

Em represália a sua atuação no território libanês, a embaixada norte-americana e os QG norte-americanos e francês sofreram diversos ataques suicidas, que ocasionaram a morte de 304 militares norte-americanos e 51 franceses. A Força Multinacional se retirou em 1984 (UN, 2004), sem cumprir seu objetivo de prover estabilidade à região de seu interesse (SMITH, 2008).

O último censo e dados oficiais sobre o Líbano são de 1932. Naquela época cerca de 53% dos habitantes eram cristãos. O Anuário de Estatística Religiosa Internacional de 2018 trouxe os dados de que os cristãos, maronitas e outros, representam 38% dos que têm direito a voto nas eleições parlamentares. A estimativa para 2030 é que a população libanesa poderá superar os 4 milhões de habitantes, com cerca de 41% de cristãos e 59% de muçulmanos (VATICAN NEWS, 2019).

Sendo assim, uma das consequências prováveis a isso seria uma revisão do Acordo de Taif¹⁶, a partir da transformação do Líbano em um Estado Islâmico de maioria xiita,

¹⁶ Acordo assinado na cidade de Taif, mediado pela Arábia Saudita, em 22 de outubro de 1989. Ele estabeleceu uma nova estrutura para a representação política equitativa de todas as diferentes seitas libanesas por meio de um acordo de divisão de poder. O status privilegiado concedido aos cristãos maronitas no Líbano comandado pela França foi removido e o equilíbrio de poder entre as seitas restaurado. Para conseguir isso, o número de assentos no parlamento do Líbano foi reduzido para 128 e dividido igualmente entre muçulmanos e cristãos, abaixo de uma divisão de 6:5 a favor dos maronitas. O acordo também reduziu os poderes do presidente cristão maronita, deixando a figura de proa do estado com nada além de autoridade nominal. O primeiro-ministro muçulmano sunita, por sua vez, foi nomeado responsável pela legislatura, elevando a posição em termos de poder. O acordo também estendeu o mandato do presidente do parlamento muçulmano

conduzindo-o, gradualmente, à perda de sua laicidade, com a ala armada do Hezbollah aglutinando as LAF, diferente da pretensão inicial da ONU.

3.4 O CONFLITO ARMADO ISRAEL-HEZBOLLAH EM 2006

Após dois períodos de maior intensidade do conflito, em 1993 e 1996, Israel anuncia sua intenção de retirar-se definitivamente do Líbano em abril de 2000 (MARTINS, 2016). Dessa vez a retirada da IDF ocorreu de fato e de direito, possibilitando que a UNIFIL concluísse a demarcação de uma “linha de retirada” – a *Blue Line* – em junho de 2000. Mesmo com algumas pequenas ressalvas, cuja principal controvérsia é a região das fazendas de Shebaa que ficou do lado israelense, o traçado da linha foi aceito pelos dois Estados.

Após esses 22 anos de ocupação, o que se seguiram foram três anos de relativa calma nas relações entre os países. Analisando o propósito de manutenção da paz e segurança da região, a UNIFIL ainda estava buscando manter o cessar-fogo ao longo da *Blue Line*, por meio de observação de posições fixas e patrulhas, de forma a inibir violações e prevenir a escalada de incidentes uma vez que as forças libanesas não possuíam capacidade de assumir essa função.

A UNIFIL tinha um papel importante no auxílio a população civil, prestando serviços médicos, implementando projetos de fornecimento de água, equipamentos ou serviços para escolas e orfanatos e ofertando uma série de serviços sociais para as parcelas mais carentes da população (UN, 2022a).

Embora ainda houvesse constantes violações israelenses do espaço aéreo libanês, que geravam respostas pela artilharia antiaérea do Hezbollah e consequências para vilarejos

xiita de um para quatro anos.

israelenses próximos à fronteira, podemos destacar como um indicador da estabilização no sul do Líbano o sucesso na campanha de remoção de minas terrestres e munições não detonadas. O Secretário-Geral também chamou a atenção para o fato de que, em várias ocasiões, integrantes do Hezbollah interferiram na liberdade de circulação das tropas da UNIFIL (UN, 2022a).

Um grande desafio para a UNIFIL era mitigar a intensificação da atuação do Hezbollah na região da *Blue Line*, fundamentalmente política, porém dispunha de um significativo exército paramilitar bem treinado, bem equipado e armado, que estava pronto para atuar no que, em teoria, as LAF deveriam ser capazes de fazer. O Hezbollah manteve sua presença visível perto da *Blue Line* por meio de uma rede de posições móveis e fixas, continuando também a ampliar os serviços sociais, médicos e educacionais para a população local na região (UN, 2022a).

Mesmo com todo o esforço das tropas da UNIFIL, os caças, helicópteros e drones israelenses continuavam com as violações aéreas, bem como haviam violações terrestres, principalmente por parte de pastores libaneses, contribuindo assim para a permanência da tensão elevada e a violência constante entre Líbano e Israel ao longo da *Blue Line* (UN, 2022a).

O aumento das tensões chegou a níveis perturbadores em junho de 2005, a partir do momento em que houve um confronto com intensa troca de tiros entre o Hezbollah e as IDF na área das fazendas de Shebaa, resultando na morte de dois combatentes do Hezbollah e de um soldado da IDF, além de outros quatro feridos (UN, 2022a).

Porém, o incidente mais sério ocorreu em julho de 2006, após o lançamento de foguetes do Hezbollah através da *Blue Line*, atacando posições das IDF perto da costa israelense e na região da cidade israelense de Zarit. Diferente de outras ocasiões, quando a imagem construída do partido estava associada à autodefesa e a resistência à ameaça sionista,

observou-se a ousadia do Hezbollah em cruzar a *Blue Line*, com seus combatentes adentrando o território de Israel, matando três soldados israelenses de uma patrulha, ferindo dois e sequestrando outros dois. Foi essa ofensiva do Hezbollah em território israelense que provocou a terceira invasão da IDF em território libanês, o conflito armado de 2006 (UN, 2022a).

A reação israelense foi rápida, organizada e devastadora. Em 34 dias de conflito, os bombardeios aéreos e terrestres, a interdição do espaço aéreo e o bloqueio naval levaram à destruição ou inoperância da infraestrutura libanesa (KHADEM, 2007). A retaliação de Israel começou com ataques aéreos às posições do Hezbollah, além de operações terrestres e marítimas, com as IDF bombardeando cidades, estradas e pontes no sul do Líbano, em regiões dentro e fora da área de operações da UNIFIL (UN, 2022a).

Houve grande destruição em território libanês, com fechamento do aeroporto, interrupção de suas principais rodovias, bloqueio do comércio marítimo e depósitos de combustíveis, acarretando no estrangulamento da economia libanesa e a mais um período de privações para sua população (MARTINS, 2016). Mesmo assim, o Hezbollah não apresentava sinais de enfraquecimento.

Nas operações de caráter naval, cabe destacar a mobilização de uma Força Naval de Israel na condução de uma operação de bloqueio naval ao longo de toda a costa libanesa, impedindo todo o tráfego marítimo para o Líbano, impondo uma severa restrição econômica ao país, graças a sua grande dependência do tráfego mercante para a manutenção de seu comércio exterior (UN, 2022a).

A partir dessa situação, temendo que a gravidade das hostilidades se transformasse em um conflito de grandes proporções que já havia causado a morte de mais de 1200 pessoas e gerado mais de um milhão de refugiados, o Conselho de Segurança das

Nações Unidas, após intensas negociações com as autoridades israelenses e libanesas, aprovou em 11 de agosto de 2006, a UNSCR 1701 que pedia a cessação total das hostilidades, em particular, a cessação imediata de todos os ataques do Hezbollah e todas as operações militares de Israel contra o território libanês (UN, 2022a).

Com o intuito de estabelecer uma solução de longo prazo com um cessar-fogo permanente na região, o UNSC estabeleceu uma zona-tampão¹⁷ (buffer zone, em inglês), entre a *Blue Line* e o sul do Rio Litani, de forma que não houvesse quaisquer tropas armadas, equipamentos e armamentos não pertencentes as forças armadas libanesas ou da UNIFIL, recomendando aos países o empenho na manutenção dessa zona, fundamental para a solução pacífica da crise (UN, 2022a).

Secretário-Geral da ONU nesse período, Kofi Annan condicionou aos seguintes fatores a solução de longo prazo do conflito:

Ambos os países deveriam respeitar à *Blue Line*, implementar as disposições relevantes dos acordos de Taif, restringir totalmente as forças estrangeiras e prevenir a venda e fornecimento de armamento e material correlato ao Líbano, exceto quando autorizado pelo seu Governo e entregar à ONU todos os mapas de posse israelense de minas terrestres remanescentes no Líbano¹⁸ (UN, 2006, p.3, tradução nossa).

A resolução 1701 (2006), cujos principais pontos norteiam a atuação da UNIFIL até os dias de hoje, tinha o propósito de evitar a entrada de material militar não autorizado para o Líbano, evitando a possibilidade de aumentar o poderio militar do Hezbollah, a fim de inviabilizar novos ataques contra o território israelense. A UNSCR 1701 instituiu a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, seu componente naval, idealizada para cumprir duas tarefas básicas:

¹⁷ Faixa de terra neutra que separa dois Estados criada a fim de evitar o conflito entre eles.

¹⁸ "Full implementation of the relevant provisions of the Taif Accords; no foreign forces in Lebanon without the consent of its Government; no sales or supply of arms and related materiel to Lebanon except as authorized by its Government; and provision to the United Nations of all remaining maps of landmines in Lebanon in Israel's possession". Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/PKO%20SRES1701.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

impedir a entrada não autorizada de qualquer armamento ou material correlato para o território libanês pelo mar, bem como apoiar o treinamento da Marinha libanesa (LAF-N)¹⁹ para que venha a ter condições no futuro de realizar a primeira tarefa com seus próprios meios e pessoal, garantindo a soberania de águas jurisdicionais libanesas (UN, 2006).

O destaque dessa resolução no que se refere à atuação como organismo de manutenção de paz na região entre Israel e Líbano, foi a ampliação da amplitude do mandato da UNIFIL, agora caracterizado na atuação nos ambientes terrestres e marítimo. Tal fato retratou a importância vislumbrada pela ONU para a continuidade da missão e na busca de uma paz duradoura para a região.

Assim, a UNSCR 1701 aumentou o efetivo autorizado da UNIFIL, de cerca de 2.000 para o máximo de 15 000 militares, expandindo o mandato original. Em seu parágrafo 14, concitou o governo do Líbano a prevenir a entrada ilegal (sem autorização do Estado) de armas e/ou materiais correlatos no seu país. O Primeiro-Ministro libanês, Fouad Siniora, enviou carta ao Secretário-Geral logo em setembro do mesmo ano, solicitando que a ONU fornecesse ajuda de uma Força-Tarefa Marítima na tarefa de fazer cumprir a resolução, uma vez que os portos libaneses permaneciam sofrendo um bloqueio imposto pelos meios navais de IDF. Destacaram-se dois pontos importantes da carta: as forças da ONU somente atuariam (efetuando inspeções em navios e sua carga) mediante solicitação do governo libanês e que o convite se estenderia até o momento em que as LAF tivessem condições de executá-las por si. O CSNU decidiu então, pela primeira vez, incluir uma componente marítima robusta, como parte de uma operação de paz da ONU (KERR, 2015, p.37).

Mais importante do que as causas e acontecimentos desse conflito, foram as suas

¹⁹ LAF-NAVY, Lebanese Armed Forces - Navy, em inglês. Parcela das Forças Armadas libanesas que representa a sua Marinha.

consequências. Três dias depois da emissão da UNSCR 1701, o conflito cessou. Não é possível indicar vencedores, pois todos os atores envolvidos tiveram ganhos e perdas. O Hezbollah, apesar do aumento de sua representatividade, sofreu duríssimas perdas de pessoal e material. Israel enfrentaria o acirramento do sentimento de repulsa ao seu Estado, pois os países árabes não se convenceram que a invasão não estava preparada antes do sequestro de seus militares, uma vez que seu plano de invasão foi executado com riqueza de detalhes e muita rapidez. Além disso, ao deixar o território libanês sem uma vitória declarada, elevou o Hezbollah ao título de “resistência reconhecida”. Ainda podemos citar a Síria, que teve todo seu arsenal utilizado para se opor ao avanço israelense, revelando assim sua defesa avançada, a partir de um sistema de foguetes e mísseis em território libanês (KHADEM, 2007).

3.5 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FTM-UNIFIL

A consequência de maior importância do conflito Israel – Hezbollah de 2006 foi a criação da FTM – o primeiro e único componente naval integrante de uma Operação de Paz sob a égide da ONU (MARTINS, 2016). Em poucos dias, o bloqueio naval realizado por Israel aos portos libaneses, estrangulou a economia do Líbano. Seu propósito era o de impedir o tráfico de armas e materiais correlatos ao Líbano, porém trouxe rapidamente o desabastecimento de itens básicos para a população libanesa.

Ao encaminhar carta ao Secretário-Geral da ONU, principalmente solicitando o estabelecimento de uma força naval de paz, o Primeiro-Ministro libanês Fouad Siniora, contou com a concordância de Israel para o atendimento da solicitação pela ONU. Tal fato, inimaginável anteriormente, parece ter sido impulsionado pela neutralização da Corveta israelense Hanit por um míssil superfície-superfície, demonstrando a capacidade que o Hezbollah possuía de atingir alvos no mar com mísseis lançados de terra, até então não

levantada pela reconhecida inteligência israelense. A continuidade do bloqueio naval pela Marinha israelense, implicaria em mais riscos de outras mortes, perdas ou neutralizações de seus navios, visto que a Hanit era seu Navio mais novo, com os melhores sensores e armamentos (KHADEM, 2007).

Ao analisar as três invasões israelenses ao território do Líbano, relembra-se que nenhuma delas aconteceu devido a ação ou postura do governo libanês e que a relação entre os dois governos, embora esteja longe de ser amistosa, destacou-se por ser de negação ao conflito armado. Apesar disso, em 2016, o Vice Chefe do Estado-Maior das IDF declarou que se houvesse represália a qualquer agressão do Hezbollah, seria por meio de uma invasão do território libanês, representando uma guerra total contra aquele Estado, seguido de baixas de civis e grande destruição na infraestrutura libanesa. Notava-se um cenário de permanente tensão entre Israel e o Hezbollah, seja na forma de declarações e ameaças de vontade de retomada das hostilidades na região da *Blue Line*, seja na disputa pela região no ambiente marítimo e seus interesses (UN, 2016b).

Segundo o Representante Permanente de Israel na Assembleia-Geral da ONU, em que suas suposições estão contidas no relatório do SG ao UNSC (UN, 2016c), o Hezbollah contrabandeou armas da Síria para o Líbano e montou uma enorme infraestrutura militar, com fábricas de armamentos e demais artefatos correlatos que contaram com apoio do Irã para a construção, no sul do país. Sendo assim, na pesquisa não há nenhum indício de que o Hezbollah tenha perdido a capacidade de realizar ataques partindo de terra para alvos no mar, podendo até ter aperfeiçoado e ampliado o que possuía anteriormente. Devem ser consideradas possíveis, portanto, que o Hezbollah reúna condições de responder a agressões israelenses no mar (SPUTINIK NEWS, 2018).

3.6 A EVOLUÇÃO DA FORÇA TAREFA MARÍTIMA E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO

A FTM-UNIFIL foi instituída em outubro de 2006, com o propósito de impedir a entrada não autorizada de armamento e material militar correlato para o Líbano pelo mar, por meio do monitoramento das águas jurisdicionais libanesas, além de contribuir para o treinamento da LAF-NAVY, para que em um futuro próximo, ela tenha condições de exercer o pleno controle de suas águas territoriais (UN, 2006).

Cabe destacar que a FTM-UNIFIL é a primeira e única Força-Tarefa Marítima a compor uma missão de paz das Nações Unidas (MARTINS, 2016, p.41).

A operação de bloqueio naval de Israel ao longo da costa libanesa foi iniciada em julho de 2006 e encerrada no início de setembro com a implantação da FTM-UNIFIL. Tendo iniciado interinamente suas atividades em 18 de setembro de 2006, a FTM estava completamente operacional menos de trinta dias após, em 15 de outubro, permanecendo sob comando da Alemanha até fevereiro de 2008.

O Comando da FTM foi entregue então para a Força Marítima da Europa (EUROMARFOR)²⁰ por um período de um ano, quando um Almirante italiano e um francês, assumiram a função. Após isso, o Comando voltou a ser oferecido a países europeus (Bélgica, Itália, Alemanha e Itália novamente) até fevereiro de 2011. Com a saída da Itália, em julho de 2010, aparentemente a ONU teve dificuldades em encontrar um país substituto, finalmente preenchendo a função, pela primeira vez, com um país de fora do continente europeu (KERR, 2015, p.38).

²⁰A EUROMARFOR é formada em 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha e dimensionada dependendo da missão atribuída e do suporte logístico necessário. Pode funcionar como uma força-tarefa independente ou integrada em outras forças. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/europe/euromarfor.htm>>. Último Acesso em 23 jul. 2022.

Em 15 de fevereiro de 2011, o Brasil assumiu o comando da FTM-UNIFIL com o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli sendo o primeiro Comandante brasileiro. A partir daquele momento o Brasil se tornou o primeiro país não pertencente à OTAN a assumir essa relevante posição (BRASIL, 2011).

Durante o período em que esteve a frente da FTM, o Brasil renovou seu interesse em contribuir com os esforços da ONU naquela região, tendo enviado uma Fragata e um Contra-Almirante para comandar a FTM, além de oficiais e praças para compor o seu Estado-Maior e da própria UNIFIL.

Quinze países já contribuíram com navios para força tarefa marítima: Alemanha, Bangladesh, Grécia, Indonésia, Turquia (estes ainda permanecem na missão após a saída do Brasil), Bélgica, Brasil, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Noruega e Suécia.

Outro fato a ser destacado foi a estratégia do Brasil de expandir sua presença em questões de segurança internacional, combinando sua experiência diplomática e novas capacidades militares, não incrementando somente acordos e relacionamentos bilaterais, adotando uma maior participação em operações de paz como na MINUSTAH e na FTM-UNIFIL. A escolha de um país não membro da OTAN para assumir o comando da FTM pela primeira vez, conforme mencionado anteriormente, representou um marco significativo na elevação do status da Marinha do Brasil²¹ (KERR, 2015, pág. 42).

A FTM-UNIFIL é responsável por manter abertas as linhas de comunicações marítimas, assim como pelo gradual aumento do comércio exterior do Líbano por via marítima, desde 2006. Pode-se dizer que a UNIFIL vem reduzindo o número de atos hostis na região,

²¹Disponível em:

<https://www.academia.edu/26921936/Brazil_s_involvement_in_peacekeeping_operations_the_new_defence_securityforeign_policy_nexus>. Acesso em 25 jul. 2022.

mesmo não erradicando os focos de conflito entre os dois países. A FTM como componente marítima da UNIFIL, apresenta resiliência e estabilidade, demonstrado pelo reduzido número de incidentes no mar com a capacidade de potencializar o conflito, em comparação com o componente terrestre, onde podemos destacar lançamentos de foguetes ao território israelense e as violações do espaço aéreo libanês por Israel.

A possível maior ameaça à percepção de tranquilidade recente na região é a ausência de uma solução para os limites da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), combinada com o início da exploração de hidrocarbonetos nos campos descobertos no Mediterrâneo Oriental. Desde 2013, há relatos do aumento da presença de Navios de Pesquisa Sísmica, contratados pelo governo libanês para atuação na região. Provavelmente, a exploração dessas reservas de petróleo e gás natural em sua ZEE não deverá ocorrer de forma pacífica, até um desfecho definitivo com o estabelecimento da fronteira marítima não somente entre Líbano e Israel, mas também envolvendo seus limites com o Chipre, outro país interessado e pronto a reclamar direito sobre a área.

O Brasil se manteve no comando da FTM por quase dez anos, tornando-se o país com mais tempo de comando dessa força naval, reverberando a alta credibilidade e elevado nível de profissionalismo das Forças Armadas brasileiras, especialmente a Marinha do Brasil, no âmbito das forças armadas do mundo e ainda ressalta a capacidade de liderança do Brasil dentro do contexto das missões de paz sob a égide da ONU, colocando o país numa posição de destaque perante a organização (MARTINS, 2016, p.41). A FTM interrogou mais de 113.800 navios e indicou cerca de 16.200 desses às autoridades libanesas para inspeção, no mar ou em terra (UN, 2022b).

A média do contingente brasileiro mobilizado para a UNIFIL durante esses dez anos, sendo trocado de 6 em 6 meses, foi composto de 1 fragata atuando como Navio

Capitânia (cerca de 250 militares), 13 militares pertencentes ao Estado-Maior da FTM, 3 militares pertencentes ao Estado-Maior da UNIFIL. Logo, estima-se que cerca de 5 mil militares brasileiros tenham tido a experiência de ser um mantenedor da paz na UNIFIL e de participar da única operação de paz de caráter naval em andamento no mundo. Tal fato mostra que a decisão da participação brasileira na FTM-UNIFIL contribuiu para pelo menos três elementos constituintes do Poder Marítimo de Mahan: População e Demografia, Caráter Nacional e Caráter do Governo.

O Brasil continua seu processo de fortalecimento do Poder Naval e consequentemente do Poder Marítimo mesmo após o fim da participação na FTM-UNIFIL. Nosso país já assumiu diversos compromissos internacionais, onde podemos destacar os Comandos de Operações Multinacionais como a Guinex e a CTF-151 no Bahrein. Continuaremos a relacionar a atuação da Marinha do Brasil nos novos desafios com a potencialização dos elementos do Poder Marítimo.

4 AUMENTO NA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS, A CFT 151 E PRÓXIMOS DESAFIOS

Com a saída da FTM-UNIFIL, o Brasil encerrou um período de dez anos no Comando da única Força-Tarefa Marítima em uma Operação de Paz no mundo. Essa experiência, que qualificou desde os Oficiais-Generais que comandaram a FTM, Oficiais Superiores e praças que participaram de seus Estados-Maiores, além das tripulações dos Navios Capitânia que se revezaram durante o período, contribuiu muito para a projeção do Poder Naval brasileiro no cenário internacional.

Após o encerramento de nossa participação, o Brasil intensificou sua presença no Atlântico Sul. A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do país, voltado, prioritariamente, para ameaças externas. Na PND, define-se como Entorno Estratégico Brasileiro, como sendo a área de interesse prioritário, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020a).

Cabe destacar que a Política Naval, dentre essas áreas, atribui prioridade ao Atlântico Sul, região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16°N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral da África Ocidental e a Oeste pela América do Sul. A definição do limite pelo paralelo 16° N teve o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte (BRASIL, 2020b).

Na Estratégia Nacional de Defesa (END), destacam-se duas áreas marítimas que merecem atenção especial, sob o ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa entre Santos e Vitória e a área marítima em torno da foz do rio

Amazonas (BRASIL, 2020b).

4.1 O PODER MARÍTIMO NO PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA 2040 (PEM 2040)

Após analisarmos a teoria de Mahan do Poder Marítimo e seus elementos na segunda seção, vamos comparar a teoria com a realidade e ampliar os conceitos conforme definição do PEM 2040. Nele, o ambiente operacional marítimo e fluvial é destacado como uma ampla porta de entrada, que pode atrair o intercâmbio de riquezas e obtenção de prosperidade, mas também estará aberta para os perigos representados por diferentes ameaças à sociedade existentes no mundo globalizado (estatais; criminosas; não convencionais; decorrentes de fenômenos da natureza; pandemias; disputas por recursos naturais, como água e minérios; mudanças climáticas; “ciberterrorismo” e o “bioterrorismo”). Deve-se destacar seu caráter dual, que poderá ser empregado como vetor para o desenvolvimento econômico e social ou arena para disputas políticas e militares.

Deve-se realizar análises coerentes de situações político-estratégicas que envolvam os interesses nacionais e justifiquem o emprego das Forças Armadas (FA). Podemos definir o conceito de Poder Marítimo como sendo capaz de dimensionar seu papel dual, fundamental no crescimento da Nação, abrangendo tanto o aspecto produtivo/econômico quanto o dissuasório/militar:

O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2020b, p. 14).

Podemos relacionar ao todo quatro funções do Poder Marítimo. Duas clássicas são resultantes da atuação humana e da importância do mar e hidrovias: a Intercomunicação que engloba o transporte (binômio “porto-navio”) e meio de comunicação digital (cabos

submarinos de fibra ótica); e a Defesa marítima e ribeirinha que está relacionada aos meios do Poder Naval na proteção das linhas de comunicação marítimas (LCM) e fluviais e à indústria de defesa para o aprestamento desse poder.

As outras duas funções do Poder Marítimo surgiram a partir do desenvolvimento tecnológico; Pesquisa, que corresponde as atividades de produção de conhecimento de caráter científico-tecnológico nos mares e rios, visando ganhos econômicos e o desenvolvimento nacional. Além dos recursos, o Brasil precisa estudar, aproveitar e proteger seus interesses em áreas marítimas como a Elevação do Rio Grande, que compõe geomorfologicamente a Plataforma Continental brasileira, no processo de efetivação do Poder Marítimo. Já a outra função foi a Exploração, que corresponde à extração de recursos marinhos e fluviais, vivos e não-vivos, para aproveitamento econômico. Destaca-se que cerca de 45% da energia produzida no Brasil advém de hidrocarbonetos (petróleo e gás) explorados no mar (BRASIL, 2020b).

Cabe ressaltar que a Política Naval orienta que a Defesa Marítima busque recursos extra-orçamentários justificados pela interdependência das funções do Poder Marítimo, recebendo parcela dos ganhos obtidos pelas demais funções, com destaque para a exploração.

4.2 AUMENTO NA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS

Após definir o Poder Marítimo e suas funções de acordo com o PEM 2040 e o entorno estratégico brasileiro, podemos chegar no seguinte Objetivo Naval (OBNAV)²² : Apoiar a Política Externa. Dentro deste OBNAV, temos 2 Estratégias Navais (EN)²³: EN

²² Os Objetivos Navais (OBNAV), estabelecidos na Política Naval, representam “o que” deve ser feito para alcançar a Visão de Futuro da Marinha do Brasil.

²³ As Estratégias Navais (EN) estabelecem “como” devem ser executados os OBNAV, norteando de que forma as capacidades da MB serão preservadas, aperfeiçoadas, obtidas ou desenvolvidas em curto prazo, ou seja, em um espaço temporal de quatro anos.

ZOPACAS²⁴ e EN Operações de Paz e Humanitárias (OpPazHum)²⁵. A partir destas EN, chegaremos nas Ações Estratégicas Navais (AEN)²⁶ Política Externa 1 e 2, que consistem em realizar ações que visem ao aumento das interações entre as nações que compõem a ZOPACAS, tornando mais concreta a parceria em matéria de defesa e segurança no Atlântico Sul; e ações que incrementem a capacitação, o adestramento e a prontidão dos meios navais e de fuzileiros navais, bem como de militares da MB, para a participação em OpPazHum (BRASIL, 2020b).

Alinhados com o OBNAV, as EN e as AEN acima, o Brasil tem assumido alguns compromissos internacionais no Atlântico Sul. Uma das maiores ameaças na região é a Pirataria²⁷ que exige uma política externa com maior participação e cooperação entre os países operando na região. Os ataques piratas têm se concentrado, por ora, na margem africana, em regiões como o Golfo da Guiné, pertencente ao entorno estratégico brasileiro.

Um instrumento por excelência das relações internacionais, a diplomacia naval reforça a autoridade estatal, com a mobilidade e presença de seus navios nos mares e rios. As Marinhas com capacidade operacional podem utilizar seu potencial de atuar tanto na competição, com ações como a coerção, quanto na cooperação, reforçando a confiança mútua e mitigando futuros antagonismos. Nesse sentido, devemos ter em mente que ações

²⁴ Esta Estratégia visa a incrementar o nível de relacionamento com as Marinhas Amigas componentes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

²⁵ Esta estratégia visa a ampliar a participação de Navios e Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, bem como de Oficiais e Praças da MB, em Operações de Paz e Humanitárias.

²⁶ As Ações Estratégicas Navais (AEN) são as ações concretas e adequadas à realidade do País em diversos aspectos, com destaque para o orçamentário, tecnológico, de disponibilidade de matéria-prima e capacitação. Consistem no detalhamento das EN e, a partir delas, são derivados os Planos de Ação. Representam os caminhos que deverão ser seguidos pela MB, no mais alto nível, para que sejam atingidos os OBNAV. As AEN, assim como suas ações decorrentes, devem estar orientadas para o cumprimento da Missão da MB e pautadas na Visão de Futuro da MB.

²⁷ A pirataria consiste em um ilícito que, historicamente, vem atingindo a navegação e o comércio internacionais. Principalmente no litoral de países com graves problemas socioeconômicos, têm ocorrido, cada vez mais, casos de pirataria contra instalações e estruturas petrolíferas no mar, com o incremento da atividade offshore.

desse tipo no Brasil, com a imobilização de infraestruturas críticas marítimas do País, como as instalações offshore, impõem a existência de uma presença naval crível nas AJB (BRASIL, 2020b).

Percebe-se atualmente, formação de alianças estratégicas frente a ameaça ao tráfego marítimo e, conseqüentemente, à estabilidade internacional, ocasionando a transnacionalização de tripulações, armadores, cargas e seguros. De acordo com os interesses do Brasil, a diplomacia naval deverá ser utilizada como uma oportunidade de a presença naval contribuir para a nossa projeção internacional. Nesse princípio, podemos destacar a participação brasileira na FTM-UNIFIL e em missões operativas combinadas no Golfo da Guiné com outros países, além da liderança em fóruns regionais, como a ZOPACAS, na busca por melhorar mecanismos de vigilância e defesa de suas linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul. Dentre essas missões operativas, podemos destacar o exercício naval IBSAMAR (Índia, Brasil e South Africa), com a participação exclusiva dos três países membros do IBAS. A sétima edição está prevista para o período de 13 a 18 de outubro de 2022²⁸. Torna-se necessário mencionar que os três Estados também fazem parte do grupo BRICS²⁹ formado por algumas das principais potências emergentes mundiais, cada uma com o papel de relevância em seus respectivos continentes.

Podemos citar também exercícios como o Grand African Navy Exercise for Maritime Operations (NEMO), conduzido pela Marinha Nacional Francesa (ARCHUS, 2021), tendo o Brasil participado pela primeira vez em 2019 com um de seus Navios Patrulha

²⁸ DEFENCEWEB. Ibsamar 2022 date set. Disponível em: <https://www.defenceweb.co.za/featured/ibsamar-2022-date-set/> Acesso em: 01 ago. 2022.

²⁹ A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China foi iniciada informalmente em 2006 e passa por um processo de institucionalização em diferentes âmbitos. Atualmente, o grupo conta com cinco países (a África do Sul ingressou em 2011, na ocasião da III cúpula do BRICS). Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/internacional/cooperacao-multilateral/grupo-do-brics-1>. Acesso em: 01 ago. 2022.

Oceânicos, importante vetor na defesa de nossa Amazônia Azul e com potencial desempenhar importantes papéis no combate das principais ameaças presentes no Atlântico Sul. Além do Grand Africa NEMO, outro importante exercício é o OBANGAME EXPRESS, exercício multinacional que acontece anualmente desde 2010, conduzido pela US Naval Forces Africa, pertencente ao Comando Africano dos Estados Unidos da América (US AFRICOM) (SÁNCHEZ, 2022). Ambos os exercícios possuem o propósito de treinar as Marinhas dos países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima no Golfo da Guiné e aumentar a interoperabilidade entre as Marinhas e agências convidadas, além de reforçar os laços de amizade com tais países, fortalecendo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o objetivo de consolidar o Brasil como ator regional relevante e influente em nosso entorno estratégico.

Após essas participações, o Brasil com as experiências colhidas nos últimos anos, capacitou-se para assumir o protagonismo desejado pelos nossos documentos de alto nível e agora se propõe a conduzir seus próprios exercícios e chefiar novas forças navais, atuando daqui para frente mais próximo de suas áreas de interesse e combatendo ameaças mais próximas da realidade que iremos enfrentar no Atlântico Sul. Dentre as atuais comissões operativas e novos desafios, daremos importância especial para a GUINEX e a CTF-151.

4.3 GUINEX

A comissão Guinex encontra-se em sua segunda edição no ano de 2022 e conta com o Capitão de Mar e Guerra Flavio Leta Vieira, Comandante do 2º Esquadrão de Escolta, exercendo a função de Comandante do Grupo-Tarefa, a bordo da Fragata União. A missão, que vai até 20 de agosto, com cerca de 260 militares, visa promover a interoperabilidade com as Marinhas e Guardas Costeiras na área do Golfo da Guiné, como Costa do Marfim, São Tomé

e Príncipe, Camarões, Nigéria e Cabo Verde, por meio de exercícios no mar e no porto, mantendo a representação da Marinha do Brasil (MB) no Atlântico Sul, contribuindo, assim, com a política externa do país, reforçando o OBNAV nº 5 do PEM 2040.

Esse entorno estratégico brasileiro, no qual a costa oeste da África está inserida, é uma região muito importante para o país em termos econômicos e políticos. Outras Marinhas estarão operando na região e participarão dos exercícios, tais como: Espanha, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América, França, Senegal, Benin, Togo, entre outros.

Quando falamos em presença do Brasil no Golfo da Guiné, estamos falando de um importante investimento: apoio à segurança marítima do Atlântico do Sul. A importância das linhas de comércio marítimo, responsáveis por mais de 85% do comércio do Brasil ressalta como a importância da MB no Golfo da Guiné é relevante para contribuir com a redução de atos ilícitos na região, principalmente a ação de piratas. Isso pode contribuir, por exemplo, para a redução do custo do frete dos navios e embarcações, o que conseqüentemente refletirá para a população a médio e a longo prazo no preço dos itens comercializados (BRASIL, 2022a).

A presença da MB no Atlântico Sul como protagonista das ações, sendo uma Marinha preparada, forte e que tem condições de realizar as tarefas que são a ela apresentadas, faz com que a nossa estratégia de segurança marítima e de apoio à política externa fortaleça o que foi estabelecido como prioridade.

A ação de presença da MB no Atlântico Sul, em uma área onde há ilícitos ou possibilidade de ilícitos, faz com que esse tipo de ocorrência seja reduzido. O foco principal dos adestramentos é a abordagem, visita e inspeção a outros navios, mas os exercícios incluirão manobras de embarcações rápidas, trânsito sob ameaças assimétricas, técnicas de operações especiais, entre outros (BRASIL, 2022a).

Outro fator importante é a possibilidade de apresentar a esses países alguns

produtos da nossa Base Industrial de Defesa (BID), no sentido de evidenciar essas informações e tentar tornar nossa relação ainda mais forte, inclusive comercialmente. Tudo isso faz com que os países incrementem laços de confiança mútua, se desenvolvam e tenham a capacidade de atuar no Atlântico Sul com a necessária independência (BRASIL, 2022a).

4.4 CTF 151

Após a saída da FTM-UNIFIL, o maior desafio para a MB foi assumir o Comando da “Combined Task Force 151” (CTF-151), subordinada à Combined Maritime Forces (CMF), sediada no Bahrein.

A CMF constitui-se de uma coalizão multinacional, com a participação de 34 países, organizada para promover segurança, estabilidade e prosperidade em uma área de aproximadamente 3,2 milhões de quilômetros quadrados de águas internacionais no Oriente Médio, que abrangem algumas das rotas marítimas mais importantes do mundo. Sua região de atuação, onde é responsável pela segurança do tráfego marítimo, é composta pelo Golfo Árábico, Estreito de Hormuz, Golfo de Aden, parte do Oceano Índico, estreito de Bab Al Madeb (BAM) e o Mar Vermelho (COMBINED MARITIME FORCES, 2022a).

A Base Naval do Bahrein (Naval Support Activity, NSA, em inglês) é a sede da CMF, do US Naval Forces Central Command³⁰ (NAVCENT) e da US Navy Fifth Fleet. Os três Comandos são exercidos por um Vice-Almirante da Marinha dos EUA, atualmente o Vice-Almirante Cooper. Dentre suas quatro Forças subordinadas, a CTF-150 é responsável pelas Operações de Segurança Marítima fora do Golfo Árábico e a CTF-151 é aquela responsável pela repressão

³⁰ O NAVCENT é o elemento da Marinha dos EUA no Comando Central dos EUA. Sua área de responsabilidade inclui Mar Vermelho, Golfo de Omã, Golfo Pérsico e Mar Árábico. Disponível em: <https://combinedmaritimeforces.com>. Acesso em: 01 ago. 2022.

à pirataria na região que compreende todo o Golfo de Aden desde o Estreito de Hormuz até o estreito de BAM, além de parte do Oceano Índico próximo a costa leste da África e o Mar Vermelho. Já a CTF-152 atua em área semelhante a da CTF-151, dentro do Golfo Árabe, atuando nos outros ilícitos diferentes da pirataria e a CTF-153, recém criada em março de 2022, é responsável pela Segurança Marítima no Mar Vermelho (COMBINED MARITIME FORCES, 2022a).

A CTF-151 foi criada em 2009, quando a pirataria atingiu o seu auge na região, principalmente na costa da Somália e no Golfo de Aden. O Brasil é o primeiro país sul-americano a assumir o Comando desta Força Marítima Combinada. Seu primeiro Comandante brasileiro foi o Contra-Almirante André Luiz de Andrade Félix, que assumiu em junho de 2021 (BRASIL, 2021). Atualmente o Comando é exercido pelo Paquistão, porém a assunção do Contra-Almirante Nelson de Oliveira Leite está prevista para 18 de agosto de 2022, com permanência até fevereiro de 2023.

Diversos Oficiais brasileiros já tiveram oportunidades de trabalhar na CMF antes mesmo do Brasil assumir o Comando da CTF. Inicialmente como Oficial de Ligação do Brasil com a CMF e em seguida já integrando o Estado-Maior da CTF-151. Com esse segundo período a frente da Força, o Brasil terá dois representantes no Estado-Maior da CMF, além do Estado-Maior da CTF-151 ser composto por doze oficiais e um sargento da MB, dois oficiais do Bahrein, um da Coreia do Sul, um do Japão, um da Turquia, um do Paquistão e um do Kuwait. Tal fato permite um intercâmbio de experiências com membros de diversas Marinhas em um dos cenários que carece de maior atenção e importância das Forças Navais na atualidade.

Uma das principais dificuldades do Comando do Brasil na CTF-151 é diferentemente da participação na FTM-UNIFIL, ainda não contar com um Navio Capitânia brasileiro adjudicado, atualmente dependendo de navios escoltas de Japão e Coreia do Sul e

recebendo periodicamente meios navais da CMF em algumas patrulhas, entretanto sempre em proveito de outras tarefas próprias de seus países e da CMF. Acredita-se que a participação de um meio naval brasileiro nesta Força-Tarefa seria muito importante pela relevância do combate a pirataria e da experiência da operação com outras Marinhas em uma atividade de grande interesse em nosso entorno estratégico (BRASIL, 2021).

Vemos que o Brasil tem ganho grande projeção no cenário internacional com o crescimento da participação do Poder Naval brasileiro em comissões importantes tanto como Op Paz da ONU quanto em operações combinadas.

Ainda que exista o interesse compartilhado na cooperação para a defesa das vias marítimas em quaisquer oceanos, devem ser priorizadas as alianças cooperativas no entorno estratégico brasileiro definido na PND, com atenção no Atlântico Sul. Nessa região, a diplomacia naval é ainda mais premente, sobretudo em áreas afligidas por ações adversas, como o caso da pirataria no Golfo da Guiné, na costa oeste africana. Nesse sentido, a exemplo dos Grupos de Apoio Técnico, das Missões de Assessoria Naval ou dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais empregados no esteio de organizações internacionais como a ONU e a OEA, a cooperação pode também envolver interesses marítimos de países lindeiros ao Atlântico Sul, a bem do prestígio do Brasil e de sua política externa (BRASIL, 2020b, p. 39).

Sendo assim, nossas participações em operações combinadas ou qualquer interação marítima possui o potencial de aplicação da diplomacia naval, com benefícios para o Brasil, convergentes para uma maior inserção no cenário internacional. Conseqüentemente, o Poder Naval precisa ser preparado para tal consecução e o Poder Marítimo, tal qual idealizado por Mahan com seus elementos essenciais e previsto nas suas funções descritas no PEM 2040, precisa ser desenvolvido para o crescimento econômico do país e corrobore com seus anseios junto a comunidade internacional e suas organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o século XVII, uma estrutura organizacional internacional foi implantada para o estabelecimento de princípios norteadores para a solução pacífica de conflitos de interesses entre os Estados. Porém diversas mudanças na sociedade atual, trouxeram novas perspectivas para o Sistema Internacional, como o enfraquecimento dos Estados pelas pressões sociais, discordância entre as organizações políticas e econômicas no Mundo e a incapacidade de cooperação entre os Estados. Os conflitos atuais se caracterizam por ser inter-relacionados, de difícil definição e em permanente ebulição.

Todo o constructo teórico desenvolvido a partir dos elementos constituintes do Poder Marítimo de Mahan buscou evidenciar o resultado da participação brasileira na FTM-UNIFIL no apoio a nossa política externa e projeção no cenário internacional, bem como os próximos desafios para o desenvolvimento de nosso Poder Naval e conseqüentemente nosso Poder Marítimo.

Após a saída da FTM-UNIFIL, a publicação de documentos dos mais altos níveis como a PND, a END e o PEM 2040, apontaram o caminho que o Brasil deveria seguir nos próximos anos para a consecução de seus objetivos. Observa-se que os ensinamentos obtidos comandando duas Operações de Paz como a MINUSTAH e a FTM-UNIFIL, bem diferentes em seu conceito, mostrando ainda mais o potencial de atuação do Brasil como potência diplomática e nos qualificando a galgar novos postos de protagonismo junto a ONU e demais organizações internacionais e alianças militares.

As credenciais apresentadas por nosso país nesse momento, como sendo o primeiro país não pertencente a OTAN a comandar a FTM-UNIFIL e após quase dez anos contínuos, tornando-se o país com maior tempo seguido em toda história da existência da

força-tarefa, nos alçou a voos mais altos, principalmente assumindo o protagonismo em nosso entorno estratégico.

Nesse mesmo diapasão, nossa abordagem comprova que o planejamento do emprego de meios navais em atividades de emprego limitado da força, como no caso das OpPaz e demais atividades previstas, nos capacitou para não só comandar forças no mar, mas trazer uma infinidade de experiências colhidas por nossos cerca de 5 mil militares que atuaram como mantenedores da paz no Líbano até 2020, que certamente potencializa o status de nosso país perante as principais Marinhas do mundo.

Utilizamos as bases legais e normativas, além de referências teóricas para pautar o enfoque de nossa temática, recorrendo sempre as orientações preconizadas na PND e END, até o detalhamento do OBNAV nº 5 de apoio a política externa descrito no PEM 2040. Com isso voltamos nossas atenções e meios navais para o entorno estratégico brasileiro principalmente o cenário atual e complexo do Atlântico Sul.

Iniciamos essa jornada participando de operações conduzidas pelas principais Marinhas atuando na região, como a IBSAMAR, junto a Índia e África do Sul, OBANGAME EXPRESS, pelos EUA e o Grand Africa NEMO, pela Marinha Nacional Francesa. Os principais propósitos desses exercícios são os de treinar as Marinhas dos países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima no Golfo da Guiné e aumentar a interoperabilidade entre as Marinhas e agências convidadas, além de reforçar os laços de amizade com esses países, fortalecendo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o objetivo de consolidar o Brasil como ator regional relevante e influente em nosso entorno estratégico.

Em seguida, após evidenciarmos evoluções na doutrina relacionada às OpPaz de caráter naval, em incremento no adestramento dos meios navais e em equipamentos

adquiridos e desenvolvidos de acordo com a necessidade de operar em área tão distante de nossas bases e na presença de Estados próximos do estado da arte naval como Alemanha, Israel, Rússia e EUA, dentre outros, colhemos os ensinamentos e experiências para que possamos projetar nosso Poder Naval em uma região onde potências extrarregionais seguem procurando aumentar sua influência geopolítica em nosso entorno estratégico, além de explorar oportunidades de crescimento econômico pelo Poder Marítimo.

Sendo assim, avançamos para a condução da Guinex onde atuamos como Comandante do Grupo-Tarefa e com a participação de uma Fragata Classe Niterói, que se encontra atualmente na segunda edição. Ao tratar dessa comissão buscou-se demonstrar que a MB possui a capacidade de desenvolver sua diplomacia naval, atuando nos campos da segurança marítima e cooperação naval, estreitando laços com os países da costa ocidental da África, especialmente atuando em prol da ZOPACAS.

Finalizando, nosso mais novo desafio, o convite aceito para o Comando da CTF 151, já iniciando seu segundo comando em agosto de 2022, chancela que a experiência da participação brasileira na FTM da UNIFIL pode, sim, contribuir para o protagonismo do Brasil no Atlântico Sul. Estar em condições de comandar uma Força-Tarefa combinada, com foco exclusivo no combate a pirataria, operando em uma das regiões mais perigosas do mundo, atuando com os principais atores externos internacionais, nos coloca a frente de quase todos os países da região.

Contudo, finalizando esta pesquisa, constata-se que estamos diante da possibilidade de uma atuação firme da MB, aumentando nossa credibilidade internacionalmente, explorando nossas potencialidades, que poderão refletir em uma posição hegemônica do Brasil no entorno estratégico brasileiro, em especial no Atlântico Sul .

REFERÊNCIAS

ARCHUS, Dorian. Naval Post. *France leads Grand African Nemo exercise in the Gulf of Guinea*. 06 nov. 2021. Disponível em: ><https://navalpost.com/france-leads-grand-african-nemo-exercise/>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BEIRÃO, André Panno; et al. *O Valor do mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil*. 2. ed. São Paulo : Essential Idea Editora, 2020. Vários autores.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2010.

BRASIL. Agência Marinha de Notícias. *Guinex-II: operação no Golfo da Guiné visa aumentar a segurança marítima no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, RJ, 18 jun. 2022a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/guinex-ii-operacao-no-golfo-da-guine-visa-aumentar-seguranca-maritima-no-atlantico>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. *A Todo Pano #14 - Almirante Felix, Comandante de uma Força-Tarefa multinacional de combate à pirataria*. 2021a. Disponível em: <<https://podcasts.apple.com/br/podcast/a-todo-pano-14-almirante-felix-comandante-de-uma/id1531130560?i=1000540753090>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Brasília, DF, 2020b.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Marinha do Brasil tem participação inédita na Comissão Grand African NEMO 2019*. Rio de Janeiro, RJ, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-tem-participacao-inedita-na-comissao-grand-african-nemo-2019>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Núcleo de Avaliação da Conjuntura da EGN contribui para o Contingente da MB que assumirá a CTF-151 no Bahrein*. Rio de Janeiro, RJ, 13 jul. 2022b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/nucleo-de-avaliacao-da-conjuntura-da-egn-contribui-para-o-contingente-da-mb-que-assumira>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. *Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional - MSC 402/2011*. Brasília, DF, 23 set. 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=923502&filenome=MSC+402/2011. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2020a.

- CARVALHO, Vírgilio de. *O Poder Marítimo*. IDN - Revista Nação e Defesa. Ano VI, nº 24 (Out-Dez, 1982), 123-142. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2823/1/NeD24_VirgiliodeCarvalho.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.
- COMBINED MARITIME FORCES. *Combined Maritime Forces (CMF) a 34-nations naval partnership*. 2022a. Disponível em: <https://combinedmaritimeforces.com>. Acesso em: 03 ago. 2022.
- COMBINED MARITIME FORCES. *CTF 151: Counter-piracy*. 2022b. Disponível em: <https://combinedmaritimeforces.com/ctf-151-counter-piracy/>. Acesso em: 03 ago. 2022.
- DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/17056063/O_Mundo_Mu%C3%A7ulmano. Acesso em: 23 jul. 2022.
- FRANCE MÉDIAS MONDE. *Hezbollah perde a maioria no Parlamento do Líbano*. Beirute, 17 mai. 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20220517-l%C3%ADbano-hezbollah-perde-maioria-no-parlamento-e-forças-libanesas-convidam-independentes-a-se-unir>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- FRIEDMAN, Thomas L.. *De Beirute a Jerusalém*. 3. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. *Organizações Internacionais: Histórias e Práticas*. 2a Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/40384881/HERZ_HOFFMANN_TABAK_. Acesso: 03 jul. 2022.
- KERR, Gilberto Santos. *A Participação da Marinha do Brasil na Missão de Paz da ONU no Líbano. Implicações Político-Estratégicas*. 2015. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política e Estratégia Marítima) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.
- KHADEM, Samir El-. *The war of surprises and deceptions: July 2006*. Beirute: Arab Institute for East and West Studies, 2007.
- KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015. Versão Kindle.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon de History, 1660-1783*. Twelfth Edition. Boston: Little, Brown And Company, 2004. 557 p. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>. Acesso em: 03 jul. 2022.
- MARTINS, Antonio Cesar da Rocha. *A UNIFIL, o Brasil e seus Condicionantes de Defesa*. 2016. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2016.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Brasileiros das Forças de Paz concluem missão no Líbano após uma década de participação*. Brasil, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/103375-brasileiros-das-forcas-de-paz-concluem-missao-no-libano-apos-uma-decada-de-participacao/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SÁNCHEZ, Wilder Alejandro. *Brazilian Navy participates in Exercise Obangame Express 2022*. 05 mai. 2022. Disponível em: <<https://cimsec.org/brazilian-navy-participates-in-exercise-obangame-express-2022/>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SMITH, Dan. *O atlas do Oriente Médio*. 2a. ed. – São Paulo: Publifolha, 2008.

SPUTNIK NEWS. *Hezbollah ameaça ataques contra operações de petróleo e gás de Israel*. Moscou, 17 fev. 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/20180217/hezbollah-ameaca-ataque-israel-10552956.html>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON (UNIFIL). *UNIFIL Maritime Task Force Activities*. Nova York, 07 jul. 2018. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *Identical letters dated 4 January 2016 from the Permanent Representative of Israel to the United Nations addressed to the Secretary-General and the President of the Security Council*. Nova York, 4 jan. 2016a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/816390?ln=en>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council Resolution 425 (1978)*. Nova York, 19 mar. 1978b. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IP%20SRES%20425.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council Resolution 426 (1978)*. Nova York, 19 mar. 1978c. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IP%20SRES%20425.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council Resolution 427 (1978)*. Nova York, 03 mai. 1978d. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IP%20SRES%20425.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council Resolution 1701 (2006)*. Nova York, 11 ago. 2006. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/PKO%20SRES1701.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolution 1701 (2006)*. Nova York, 26 fev. 2016b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/670360?ln=en>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Force in Lebanon*. Nova York, 14 jun. 1982a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/30349?ln=en>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *Report of the Secretary-General pursuant to Security Council resolution 1559 (2004)*. Nova York, 1 out. 2004. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/532191?ln=en>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolution 1701 (2006)*. Nova York, 24 jun. 2016c. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/833263?ln=en>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *Security Council official records, 33rd year : 2071st meeting, 17 March 1978a*, New York. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/224802?ln=en>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Montego Bay, 10 dez. 1982b. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *UNIFIL Background*. Nova York: United Nations, 2022a. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-background>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *UNIFIL Maritime task Force*. Nova York: United Nations, 2022b. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

UNITED NATIONS. *United Nations Position on Jerusalem Unchanged, Special Coordinator Stresses, as Security Council Debates United States Recognition of City*. Nova York: United Nations, 2017a. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2017/sc13111.doc.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

VATICAN News. *Cessou declínio da população cristã no Líbano*. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-01/libano-cristaos-estatistica.html>>. Acesso em: 31 jul. 2022.